

NOTA DE IMPRENSA

Atraso na proteção das cavidades vulcânicas da Região

A deputada do grupo parlamentar do PSD/Açores, Catarina Furtado, criticou ontem o atraso do governo regional na apresentação da medida legislativa para "a proteção e classificação das cavidades vulcânicas do arquipélago".

A social democrata falava durante a discussão da proposta de Decreto Legislativo Regional que criou um novo regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas, que resulta do trabalho aturado do Grupo para o Estudo do Património Espeleológico dos Açores (GESPEA), desenvolvido de forma voluntária desde 1998", adiantou.

Visando medidas que mereceram a concordância geral da bancada social democrata, a deputada lembrou que, "por via do valioso e diversificado património espeleológico da Região, foi criado em 1998, um grupo multidisciplinar para a elaboração de um estudo sobre as cavidades vulcânicas dos Açores. Essa foi a origem do GESPEA, designação usada desde 2002".

"Trata-se de legislação assente num trabalho que já está feito há muito tempo, pelo que não se pode aceitar que o governo tenha demorado tanto tempo para agir", adiantou Catarina Furtado.

"É um trabalho que começou a ser feito há mais de 20 anos, por várias pessoas e associações, sempre a título voluntário, e cujos contributos para a realização da proposta de legislação estão, pelo menos desde 2015, terminados. Não havendo justificação para o enorme atraso na apresentação do diploma que visa a proteção e classificação das cavidades vulcânicas da Região", considerou.

Em causa estão a proteção e a conservação "de tubos lávicos, algares vulcânicos, fendas e grutas de erosão marinha, com estruturas geológicas relevantes. Além disso há uma fauna que inclui 17 espécies, todas elas endémicas do arquipélago e restrita a poucas dessas cavidades vulcânicas", explicou Catarina Furtado.

"Há pelo menos seis anos que o GESPEA apontava essa necessidade, tendo mesmo criado um índice assente no valor de importância para a conservação da cavidade vulcânica", acrescenta a deputada do PSD/Açores.

"Trata-se de um processo que teve, entre outras entidades, a participação do Departamento de Geociências da Universidade dos Açores, do Grupo para o Estudo do Património Espeleológico dos Açores, do Grupo de Biodiversidade dos Açores, da Associação Os Montanheiros e do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais", destacou.



grupo parlamentar

Pelo que Catarina Furtado não entende que um património tão relevante “dependa de voluntariado. Até porque há já 12 anos existiu a intenção de criar um Plano sectorial para as cavidades vulcânicas, mas nada se fez nesse sentido”, concluiu.

Horta, 10 de abril de 2019

Laurénio Tavares

Secretário do Grupo Parlamentar do PSD

ltavares@alra.pt